

APANIEKRÁ E RAMKOKAMEKRÁ-CANELA: DESENVOLVIMENTO E CONFLITOS TERRITORIAIS NO CERRADO MARANHENSE¹

Adalberto Luiz Rizzo de Oliveira - UFMA²

Resumo

O centro-sul do Maranhão passou, nas últimas décadas, por uma expansão econômica decorrente da implantação de projetos de desenvolvimento regional, especialmente do agronegócio, que transformou fazendas de criação extensiva em “projetos” de soja e outras *comodities*, gerando impactos socioambientais junto aos Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela e outros grupos indígenas. Em resposta, a FUNAI deu início à revisão demarcatória das Terras Indígenas Kanela e Porquinhos, embargada judicialmente por representantes regionais. Enquanto INCRA e ITERMA titularam terras ‘devolutas’ a ‘proprietários’ e associações sertanejas, a FUNAI e outras agências implementaram projetos de *etnodesenvolvimento* junto a grupos indígenas e sertanejos. O trabalho analisa os impactos dessas ações sobre os Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela e as respostas por estes elaboradas, através do associativismo e do messianismo canela.

Palavras-Chave

Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela; Desenvolvimento Étnico e Regional; Revisão Demarcatória, Conflitos Territoriais

1. Introdução³

O centro-sul do Maranhão, território tradicional dos Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela e de outros grupos indígenas, foi ocupado a partir do final do Século XVIII, por agentes da frente da expansão pastoril nordestina oriunda no vale do Rio São Francisco, e de uma frente agrícola, que partindo do litoral maranhense, expandiu-se pelos vales dos rios Itapecuru, Mearim e outros⁴. Esses segmentos (criadores, agricultores, vaqueiros) constituíram o substrato social da atual sociedade regional, especialmente as comunidades *sertanejas* localizadas no entorno das Terras Indígenas Kanela e Porquinhos, habitadas por esses grupos (VELHO, 1981; OLIVEIRA, 2018).

Nas últimas décadas, essa região foi objeto de uma nova ocupação, por agentes de uma frente de expansão contemporânea vinculada ao *desenvolvimento* (SCHRÖDER, 2003). Resultante de políticas voltadas à Amazônia e à Região Nordeste elaboradas nas décadas de 1960-1970, essa *frente desenvolvimentista*, produziu acentuadas transformações econômicas e

¹ Trabalho apresentado na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro de 2020.

² Antropólogo. Professor Associado junto ao Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Maranhão.

³ Este trabalho foi elaborado com apoio da FAPEMA e CNPq, Brasil.

⁴ O centro-sul do Maranhão é uma região composta por vegetação de cerrado e matas de transição, delimitada pelas bacias do Rio Itapecuru, Grajaú e alto Mearim, pela Serra das Alpercatas e Rio das Flores. Corresponde à atual Microrregião do Alto Mearim e Grajaú (IBGE), denominada também Centro-Maranhense, constituída por 11 municípios, uma área de proteção ambiental e terras indígenas, dentre as quais, a Terra Indígena Kanela e a Terra Indígena Porquinhos. Cf. OLIVEIRA, 2011. MAPA 01.

socioambientais no Estado do Maranhão, em especial nas regiões central e sul. Com a abertura de grandes eixos rodoviários e ferroviários e a implantação de projetos de exploração mineral, agroindustrial e agropecuário, essa frente tem gerado *impactos* sobre os povos indígenas e segmentos regionais ali localizados (OLIVEIRA, 2005).

A implantação da infra-estrutura do Projeto Ferro-Carajás (PFC) e do Programa Grande Carajás (PGC) no início da década de 1980, especialmente a Ferrovia Carajás e o pólo siderúrgico vinculado ao Programa Grande, trouxe novos estímulos ao processo de ocupação territorial de antigas áreas de criação extensiva localizadas no cerrado do centro-sul maranhense, por produtores rurais e grupos econômicos vindos do sul, sudeste e centro-oeste do Brasil, que passaram a controlar terras na região, através da compra de “benfeitorias” e da “grilagem”.

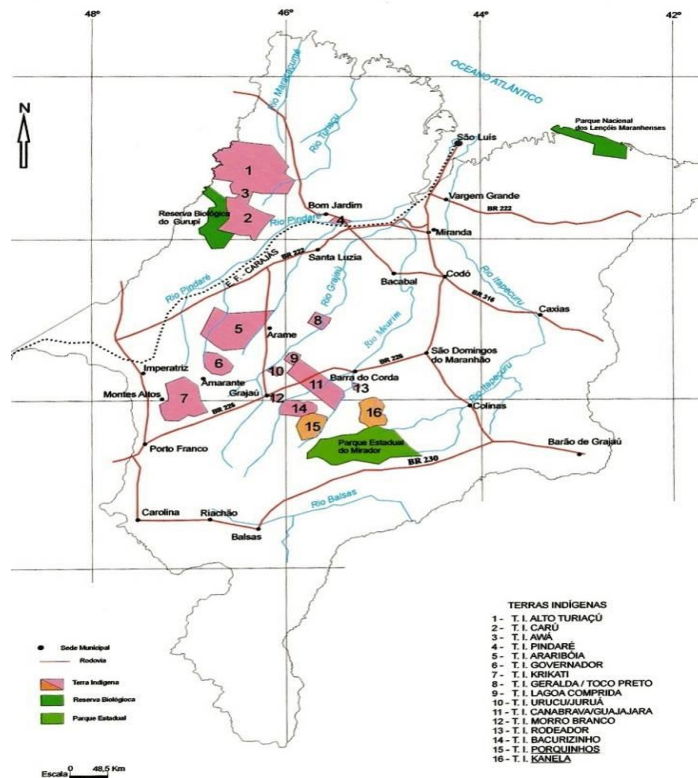
Durante a implantação do Programa e Projeto Carajás, o Governo brasileiro, sob o regime militar, foi pressionado pelas agências financiadoras destes empreendimentos, especialmente pelo Banco Mundial (BIRD), a implementar um programa de investimentos junto aos grupos indígenas localizados na região, a fim de prepará-los aos impactos inevitáveis decorrentes do PFC e PGC (CEDI, 1986).

Gerenciados pela então empresa estatal Companhia Vale do Rio Doce (CVRD, atual VALE), esses recursos foram concentrados em um grande projeto firmado em 1982, conhecido como “Convênio CVRD-FUNAI: Apoio às Comunidades Indígenas”, a partir do qual foram elaborados subprojetos específicos às “comunidades indígenas” atingidas por “impactos diretos” – localizadas em terras indígenas situadas ao longo do Corredor Carajás⁵ - e por “impactos indiretos”, situação em que foram enquadrados os grupos indígenas no centro-sul maranhense (CVRD-FUNAI, 1982; OLIVEIRA, 2005).

Os Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela⁶ e outros grupos indígenas localizados na região foram, naquele momento, objeto de investimentos vinculados ao Convênio CVRD-FUNAI, em infra-estrutura (reforma e construção de postos indígenas, escolas e enfermarias, aquisição de veículos e outros), ações voltadas à educação e saúde e à implantação de projetos econômicos, como roças comunitárias, criação de gado *vacum* e outros. Excepcionalmente, esses recursos foram também utilizados para a demarcação de terras indígenas, caso da Terra Indígena Krikati, situada no centroeste maranhense (CEDI, 1991).

⁵ O “Corredor Carajás” correspondia a uma faixa de 100 quilômetros situada ao longo da Ferrovia Carajás, onde foram implementados projetos agropecuários e industriais, especialmente siderúrgicos, vinculados ao PFC e ao PGC (CEDI, 1986).

⁶ Os Apaniekrá e os Ramkokamekra-Canela são aqui considerados como grupos étnicos, segundo o conceito elaborado por Frederik Barth e consagrado na literatura etnológica desde a década de 1970. Este conceito considera grupos étnicos como *unidades de adscrição* baseadas em formas específicas de organização social e política, com ou sem a presença de traços culturais distintivos em relação a outros grupos do mesmo gênero, e *fronteiras sociais* estabelecidas entre esses grupos e, especialmente, em relação às sociedades nacionais a que estão envolvidos. Cf. BARTH, 2000.



Mapa 01: Estado do Maranhão – Terras Indígenas e Áreas de Preservação Ambiental - 2011

Seguindo um modelo implementado pela FUNAI desde a década de 1970, esses projetos, conhecidos como “projetos de desenvolvimento comunitário” tinham por objetivo a produção de itens de auto-sustentação alimentar e excedentes comercializáveis, com a consequente introdução junto a estes grupos, de valores e práticas associados à economia de mercado. (QUADRO 01)

O processo de transformação econômica e socioambiental do centro-sul maranhense iniciado nas décadas de 1960-70, com a implantação de rodovias como a BR-001 (Belém-Brasília) e BR-230 (Transamazônica), avançou nas décadas seguintes, com a abertura da MA-001 (Balsas-Cururupu), o asfaltamento da BR-226 (Tímon-Porto Franco) e a construção da Ferrovia Norte-Sul, a qual comunicou o Maranhão à Região Central do Brasil (MAPA 01).

Conectada à Ferrovia Carajás, a Ferrovia Norte-Sul e esses eixos rodoviários, consolidaram o processo de exportação de soja produzida na região para os mercados europeu e asiático, através do Porto do Itaqui, em São Luís. Esta situação intensificou a disputa pela terra no centro-sul maranhense, tendo em vista seu baixo preço no mercado de terras e as perspectivas positivas à soja e outras *comodities* no mercado mundial.

Antigos núcleos sertanejos e fazendas de criação extensiva, gradativamente deram lugar a "projetos" de soja, cana-de-açúcar, arroz, pecuária semi-extensiva e outras atividades de agro-negócio, agora vinculadas ao Programa Grande Carajás. Nas décadas de 1980-90, esses empreendimentos atingiram o entorno das Terras Indígenas Kanela e Porquinhos, demarcadas aos Ramkokamekra e Apaniekrá-Canela, gerando impactos econômicos e socioambientais sobre estes e outros grupos indígenas na região (OLIVEIRA, 2010).

2. Avanço do Agronegócio e Revisão Demarcatória

A redefinição na estrutura agrária no centro-sul maranhense, resultante da expansão do agronegócio sobre o cerrado, atingiu os municípios do centro-sul maranhense impactando as terras indígenas na região, dentre essas, as TIs Kanela e Porquinhos. Esse processo tem levado à intensificação das invasões destas terras indígenas por extratores de madeira, carvoarias e outros agentes direta ou indiretamente vinculados ao agronegócio.

Historicamente pontuais e limitadas a caçadores, pequenos agricultores e transeuntes, essas invasões se tornaram mais efetivas com a ausência de agentes do Estado nestas áreas, decorrente da extinção dos postos indígenas pela FUNAI⁷. Essas invasões resultaram na extração clandestina de madeiras nobres, em grandes desmatamentos no cerrado e na construção de fornos para a produção de carvão vegetal destinado às usinas de ferro-gusa e outros empreendimentos localizados no Corredor Carajás.

Dados levantados nesse período, apontaram impactos ambientais junto à Terra Indígena Porquinhos, pela ação de agentes que realizavam desmatamentos nas nascentes do Rio Corda - o qual atravessa a reserva indígena e constitui a maior fonte de água potável aos Apaniekrá - para posterior plantio de soja, eucalipto ou outras “culturas”. Uma possível consequência desta ação seria a contaminação por agrotóxicos deste importante curso d’água, que abastece a Terra Indígena Porquinhos, além de diversos povoados e a área urbana de Barra do Corda.

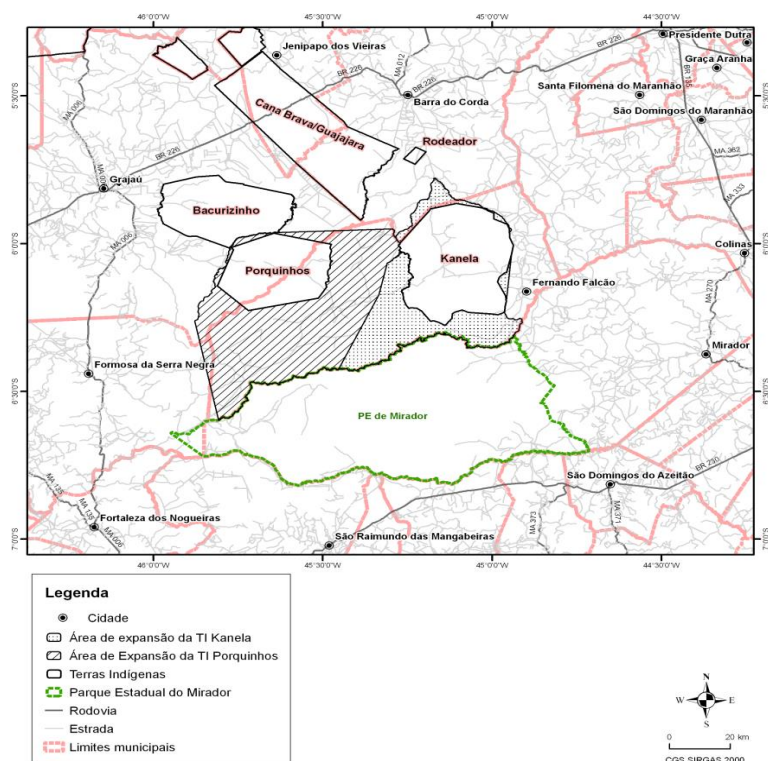
Da mesma forma, a Terra Indígena Kanela tem sido objeto de invasão para a extração de madeiras, a caça clandestina e até para a implantação de lavouras de soja, tornando-se comum o trânsito de caminhões madeireiros por estradas vicinais da região, transportando o produto da extração ilegal de madeira destas terras indígenas.

Como consequência das transformações provocadas pelo avanço do agronegócio na região e a perspectiva de crescimento demográfico desses grupos, a FUNAI realizou, a partir de 2004, levantamentos voltados à revisão demarcatória das Terras Indígenas Kanela e Porquinhos, (MAPA 02). De outro lado, implementou junto aos Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela, projetos de *etnodesenvolvimento*, voltados à criação de animais silvestres e produção de mudas de espécies frutíferas, na expectativa de aumentar a sustentabilidade nas práticas alimentares destes grupos⁸.

Somado a estes processos, a possibilidade da revisão demarcatória das T.Is Kanela e Porquinhos acirrou o potencial de conflitos intersocietários no centro-sul maranhense. Constatou-se, nesse momento, que a implantação de marcos indicadores dos novos limites dessas terras indígenas por agentes da FUNAI provocou a reação de fazendeiros e moradores do sertão cordino, com ações concretas de interrupção do processo demarcatório.

⁷ Em reforma administrativa implementada em 2010, foram extintos o Posto Indígena Kanela, o Posto Indígena Porquinhos e demais unidades da FUNAI localizadas nas terras indígenas em território nacional.

⁸ Esses projetos de etnodesenvolvimento foram implementados pela FUNAI, em parceria com diferentes órgãos e ministérios vinculados ao Governo Federal. Cf. QUADRO 02.



Mapa 02: Limites e Revisão Demarcatória das Terras Indígenas Kanela e Porquinhos

Deve-se considerar que, caso implantada, a revisão demarcatória das Terras Indígenas Kanela e Porquinhos levaria a uma aumento considerável dos respectivos perímetros, em grande parte, decorrente de indenizações e/ou desapropriações sobre as terras habitadas por famílias sertanejas. Uma avaliação sobre esse processo de revisão demarcatória, indica que a Terra Indígena Kanela teria um crescimento de cerca de 100 mil hectares, saltando de cerca de 125 mil hectares para cerca de 250 mil há. Enquanto isso, a Terra Indígena Porquinhos, com cerca de 80 mil hectares, seria ampliada para cerca de 300 mil hectares, tendo seu perímetro expandido em cerca de 220 mil há⁹.

Diante da perspectiva de que as terras sob domínio sertanejo na região seriam desapropriadas ou indenizadas em suas “benfeitorias”, como condição à ampliação das Terras Indígenas Kanela e Porquinhos, este processo levou famílias sertanejas a negociar suas terras

⁹ O Mapa 02 apresenta os perímetros em vigor das Terras Indígenas Kanela e Porquinhos, e os novos perímetros resultantes da revisão demarcatória dessas terras indígenas.

junto a compradores, o que levou à migração de um contingente de pequenos agricultores e criadores da região para a periferia de cidades como Barra do Corda, Grajaú e outras.

3. Mobilizações de Sertanejos e Lideranças Locais e Regionais

Em contraposição à revisão demarcatória em curso, ocorreu uma mobilização da população sertaneja, moradora de povoados e fazendas no entorno das Terras Indígenas Kanela e Porquinhos, por líderes políticos locais (prefeitos e vereadores), no sentido de reverter judicialmente o processo de revisão e ampliação física destas terras indígenas. Essa mobilização teria envolvido, ainda, a articulação junto a lideranças políticas regionais (deputados estaduais e federais), levando à implementação de ações judiciais para interromper o processo demarcatório.

O processo de revisão demarcatória, de um lado, criaria a possibilidade de ampliação das Terras Indígenas Kanela e Porquinhos e o conseqüente aumento dos recursos naturais contidos nessas terras melhorando as condições de auto-sustentação destes grupos. Por outro lado, este processo tem levado a uma intensificação nas situações de conflito entre esses grupos indígenas e segmentos sertanejos que vivem no entorno destas terras indígenas.

Essas tensões remetem ao histórico das relações interétnicas na região, fazendo emergir na memória social de indígenas e sertanejos, conflitos ocorridos ao longo do século XX, em decorrência da disputa pela terra entre esses grupos e criadores estabelecidos em seu antigo território. Nesse sentido, os Apaniekrá relataram haver recebido ameaças, através de telefonemas anônimos direcionados à Aldeia Porquinhos, onde foram lembrados esses conflitos históricos e a promessa de novos “massacres” de índios, caso fosse concretizada a revisão demarcatória e a conseqüente ampliação da Terra Indígena Porquinhos.

Este processo também levou a arrefecer conflitos entre os próprios segmentos sertanejos, tendo em vista a perda territorial que decorreria da re-demarcação das Terras Indígenas Kanela e Porquinhos. O caso do ‘Sítio dos Arrudas’, ocupado desde o Século XIX, por uma família de criadores extensivos estabelecida na região do Rio Alpercatas, pela frente pastoril tradicional é representativo desta situação. Como outras ocupações no sertão pastoril, o ‘Sítio dos Arrudas’, apesar de simbolizar o poder dos criadores que historicamente se estabeleceram no território timbira, não dispunha de título efetivo de propriedade, uma vez que o processo de arrecadação e titulação de terras nesta região ocorreu apenas nas últimas décadas¹⁰.

Palco da relação senhorial entre esta família tradicional do sertão cordino e descendentes de escravos africanos introduzidos na região, o ‘Sítio dos Arrudas’ expressa um paradoxo nas relações intersocietárias na região centro-sul do Maranhão. Antigos inimigos dos “índios Canelas” (Apaniekrá e Ramkokamekra), contra os quais mantiveram conflitos históricos na

¹⁰ O Sítio dos Arrudas constitui um latifúndio familiar, localizado nas bordas da Serra das Alpercatas, em território tradicional de povos Timbira, ocupado no século XIX por essa família cearense. Estima-se que possua uma área cerca de 20 mil hectares.

região, os atuais Arrudas, hoje divididos entre os descendentes dos antigos criadores extensivos e uma comunidade que se auto-define “quilombola”, viram seus interesses territoriais fragmentados, diante da possibilidade de desapropriação deste território para a revisão demarcatória que se vislumbrava¹¹.

Diante dessa perspectiva, membros desta família tradicional mobilizaram-se contra a ação da FUNAI pela incorporação do ‘Sítio dos Arrudas’ às Terras Indígenas Kanela e Porquinhos. Já no ano de 1999, a “Associação dos Moradores do Sítio dos Arrudas”, representando os interesses dos antigos criadores locais havia requerido junto ao Instituto de Colonização e Terras do Maranhão – ITERMA, a titulação da área em nome dos seus associados. Posteriormente foi solicitado ao mesmo órgão, a implantação de um Projeto de Estadual de Assentamento (PEA) em nome da mesma associação.

Em função da possibilidade de perda deste território, representantes de moradores locais têm realizado procedimentos junto a agências e federais, no sentido de que parte ou a totalidade deste território seja reconhecido e demarcado como “território quilombola”. Neste sentido, foi obtida junto à Fundação Cultural Palmares, a certificação deste reconhecimento, o que legitimaria a emissão pelo INCRA, da titulação desta área como “território quilombola”.

Enquanto a FUNAI buscava implementar a revisão demarcatória das Terras Indígenas Kanela e Porquinhos, outras agências federais e estaduais (INCRA e ITERMA) promoviam a titulação de áreas potencialmente incluídas na ampliação dessas terras indígenas, no sentido de garantir a permanência de comunidades sertanejas e de propriedades particulares estabelecidas nos mesmos territórios, num confronto entre agências governamentais vinculadas à questão indígena, agrária e a interesses locais.

Levantamentos realizados junto ao ITERMA e ao INCRA apontaram a consolidação destes projetos de assentamento rural e reforma agrária em “glebas” localizadas nos Municípios de Barra do Corda e Fernando Falcão, no interior da área de provável ampliação das Terras Indígenas Kanela e Porquinhos. Esse processo favoreceu a atuação de lideranças políticas locais e regionais, no sentido de embargar na Justiça a revisão demarcatória destas terras indígenas.

Advogados que representavam estes interesses moveram, então, ações em diversas instâncias judiciais, a fim de reverter a revisão demarcatória das Terra Indígena Porquinhos e da Terra Indígena Kanela. Instâncias políticas federais favoráveis aos interesses anti-indígenas, foram mobilizadas em favor dos criadores de Barra do Corda e Fernando Falcão e de interesses do agronegócio¹².

¹¹ No ano de 1913, os Kenkateyê, subgrupo Apaniekrá, foram atacados pelo criador Raimundo Arruda e seus vaqueiros. Arruda dirigiu-se à Aldeia Chinela, nas nascentes do Rio Alpercatas, ofereceu um barril de cachaça aos índios e a seguir promoveu um massacre, levando à extinção dos Kenkateyê como grupo etnicamente organizado. Cf. NIMUENDAJU, 1946.

¹² No ano de 2014, o Supremo Tribunal Federal cancelou a Portaria da Presidência da FUNAI que determinava a ampliação da Terra Indígena Porquinhos, para cerca de 301 mil hectares.

4. Políticas de Compensação e “Mercado de Projetos”

A perda gradativa do controle sobre as Terras Indígenas Kanela e Porquinhos e da possibilidade da autonomia econômica dos Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela, através das atividades de auto-sustentação, tem sido “compensada” pelo crescimento do “mercado de projetos” (ALBERT, 2000) e pela ampliação junto a esses grupos, de serviços vinculados às políticas de compensação social, mantidas pelo Governo Federal.

À medida em que as atividades de auto-sustentação historicamente realizadas pelos Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela - a caça de animais silvestres, a coleta de frutos e raízes, a agricultura familiar e comunitária - tornam-se cada vez mais restritas ou inviabilizadas pelo esgotamento e exploração de seus territórios, como pelo próprio crescimento demográfico destes grupos, intensificam-se os recursos introduzidos pelo Estado e por agentes privados, através de políticas previdenciárias e assistenciais, projetos de etnodesenvolvimento e outros.

Foram constatados impactos decorrentes das transformações econômicas e sócio-ambientais na região sobre os Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela, bem como relativos à intensificação de sua dependência econômica em relação aos “benefícios” previdenciários e assistenciais e aos projetos de etnodesenvolvimento implementados junto a estes grupos.

Esses projetos tiveram seu apogeu na primeira década deste século, refletindo a impossibilidade destes grupos exercerem a gestão territorial e ambiental sobre os seus territórios, em razão do afastamento do Estado em relação aos compromissos constitucionais junto aos povos indígenas, decorrente de interesses políticos e da atual aliança estratégica, junto a segmentos legislativos que representam o agronegócio, a mineração e outros interesses anti-indígenas.

Uma análise sobre os projetos econômicos implementados junto a esses grupos a partir da década de 1970-80, aponta para algumas situações recorrentes. Estes projetos, cuja nomenclatura e propósitos se alteram conforme o período, os interesses e agências implementadoras, são, de maneira geral, fadados ao fracasso. Isso significa que, em nenhuma das situações ou projetos observados, os grupos indígenas envolvidos adquiriram uma situação de autonomia alimentar ou de auto-sustentabilidade.

Um exemplo ilustrativo pode ser dado pelo “Projeto Mentuayê”, implementado junto aos Apaniekrá durante os anos de 2008 e 2009, com recursos da Companhia Nacional de Abastecimento (CONABA), vinculada ao Ministério das Minas e Energia. A nível do discurso, este projeto se justificava como um estímulo à auto-sustentação alimentar do grupo, a partir da pequena produção agrícola (arroz, mandioca), da criação de aves para produção de ovos, da implementação de pomares e coleta de frutos para aproveitamento na forma de polpas de frutas.

Um dos objetivos deste projeto seria garantir a chamada “merenda escolar” aos alunos da Escola Indígena “Moisés Canela”, localizada na Aldeia Porquinhos. A produção e diversificação alimentar dos Apaniekrá e o treinamento de jovens desta etnia no domínio das técnicas e tecnologias utilizadas também estavam na pauta dos objetivos do citado projeto.

Em levantamentos realizados na Terra Indígena Porquinhos, constatou-se a que as obras de infra-estrutura implantadas - casas de alvenaria, garagens, casa de farinha, uma pequena usina de arroz e outras construções, além de um pequeno trator e outros equipamentos destinados à produção de polpas de frutas, ovos - deveriam estar em operação, mas isto não ocorria.

De acordo com o líder Apaniekrá Paulo Thugran, então presidente da “Associação Comunitária Apañjekrá”, a continuidade deste projeto esteve comprometida, de um lado, pela falta de treinamento aos jovens Apaniekrá na utilização desses equipamentos, prevista na formulação inicial do projeto. De outro, pela interrupção no repasse dos recursos destinados à produção de polpas de frutas, arroz, farinha e outros produtos, o que resultou no sucateamento dessa estrutura produtiva e na situação de abandono a que o projeto foi relegado.

De outro lado, se reproduz junto aos Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela, como em outros casos de implementação de ‘projetos de etnodesenvolvimento’, situações de interrupção do fluxo de recursos por agências financiadoras, tornando estes projetos quase sempre inacabados. Neste contexto, a busca pela chamada auto-sustentabilidade destes projetos, acaba por tornar-se um discurso legitimador à implementação dos mesmos, mas que na prática, raramente é verificado (SACHS, 2000).

Além da imposição da lógica da economia de mercado junto aos Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela e outros grupos indígenas, os projetos de ‘etnodesenvolvimento’, têm resultado, historicamente, na desarticulação da economia tradicional destes grupos, baseada em roças familiares e coletivas.

5. Messianismo Canela e Desenvolvimento

Conforme análise realizada em trabalho anterior, a implementação de projetos de ‘desenvolvimento comunitário’ ou de etnodesenvolvimento junto aos Ramkokamekra-Canela nas décadas de 1980-90, resultaram no abandono das roças tradicionais por este grupo e na emergência de movimentos sócio-religiosos, inspirados em valores míticos presentes no chamado *messianismo canela* (OLIVEIRA, 2011)¹³.

O clássico ‘movimento messiânico canela de 1963’, teve sua emergência relacionada a uma imaginada prosperidade econômica, seguida de uma “decepção” posterior dos Canela em relação ao papel do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e, especificamente, à “perda” de seu herói fundador – o Marechal Cândido Rondon, falecido em 1958, ao qual se atribuía significado semelhante ao de Aukhê, no mito fundador do contato entre os timbira.

¹³ No trabalho citado foram analisados quatro movimentos sócio-religiosos emergidos entre os Ramkokamekra-Canela, entre os anos de 1980 e 1999, associados à implantação de projetos de ‘desenvolvimento comunitário’ ou ‘etnodesenvolvimento’. Cf. OLIVEIRA, 2011. Sobre o ‘messianismo Canela’, vide ainda, CUNHA, (1972) 1986 e BROWN, 1991.

À decepção dos Canela com o movimento e, especialmente com a ação da profetiza que o liderou, seguiu-se um período de “exílio” e descrença nas possibilidades do grupo em alcançar as promessas colocadas pelo herói cultural, até que surgissem novamente, condições para emergência de novos movimentos sócio-religiosos pautados no *messianismo canela* (CROCKER (1967), 1976).

Nos quatro movimentos sócio-religiosos ocorridos nas décadas de 1980-90, constatou-se que a emergência dos mesmos seguiu-se à possíveis “decepções” dos Canela em relação a projetos de ‘desenvolvimento comunitário’ e ‘etnodesenvolvimento’ implementados pela agência tutelar (FUNAI, em 1980), em parceria com agências desenvolvimentistas (CVRD-FUNAI, em 1984), e pela associação de outras agências com pesquisadores (1990-93 e 1999) (OLIVEIRA, 2011).

Assim, o chamado *messianismo Canela* opera simultaneamente em uma dimensão cognitiva, na medida em que permite aos Canela compreender os processos econômicos vinculados ao *desenvolvimento*, e numa dimensão política, já que orienta uma *ação simbólica* e prática de apreensão dos bens e valores ocidentais, ou de rejeição da lógica dos projetos a dominar sua economia e sociedade (OLIVEIRA, 2011).

Nesse sentido, enquanto o *associativismo canela*, implementado como forma de inserção dos Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela no “mercado de projetos”, sinaliza positivamente ao *desenvolvimento* e à possibilidade do seu controle pelos grupos indígenas, o *messianismo canela* abre as possibilidades da cognição e da orientação de uma ação política desses povos em face à *dominação* exercida através do poder tutelar e das agências e projetos de desenvolvimento.

Aquí se reproduz, como em outros casos de implementação de projetos de etnodesenvolvimento junto aos Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela, situações de interrupção de recursos pelas agências financiadoras, tornando estes projetos quase sempre inacabados. De outro lado, a busca pela chamada auto-sustentabilidade destes projetos, acaba por tornar-se um discurso legitimador dos mesmos, mas que na prática, raramente é verificado (SACHS, 2000).

Além da imposição da lógica da economia de mercado junto aos Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela e outros grupos indígenas, os projetos de etnodesenvolvimento têm resultado, historicamente, na desarticulação da economia tradicional destes grupos, baseada nas roças familiares e coletivas.

6. Conclusão: Poder Tutelar, Conflitos Territoriais e Desenvolvimento

Portanto, fica evidente a intensificação de situações de conflitos entre os Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela, segmentos sertanejos e agentes do desenvolvimento. O descontentamento desses grupos em relação à capacidade e interesse das agências governamentais em responder positivamente às suas demandas no campo educacional, de saúde, proteção e gestão territorial e atividades produtivas fica expresso nas manifestações de seus líderes políticos.

Essa desarticulação das políticas governamentais dirigidas aos povos indígenas em diferentes campos, como educação, saúde, gestão territorial e econômica, reflete uma questão central nas relações intersocietárias de modo geral, e especificamente, entre os Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela, segmentos de população regional e agentes tutelares e do desenvolvimento. Neste sentido, pode-se considerar

...as ações do Estado sobre os povos indígenas como parte de um movimento de colonização, como *colonialismo*, retomando a idéia de *situação colonial* de Georges Balandier (1951), aproximando-a de movimentos mais contemporâneos... (LIMA, 2002: 13)

As redefinições nas políticas indigenistas podem ser pensadas como parte de um movimento colonizador de longo alcance, que não toma os povos indígenas como agentes de sua história, mas como objetos ou adendos da história da formação da sociedade brasileira. Assim, as relações estabelecidas entre o Estado e esses grupos/povos ocorrem no campo do *poder tutelar*, considerado

...um exercício de poder desenvolvido frente a populações indígenas por um aparelho de governo instituído sob a justificativa de pacificar zonas de conflito entre nativos e não-nativos...logo de promover uma dada 'paz social'. (LIMA, 2002: 14)

Desta perspectiva, o *poder tutelar* não pode ser visto apenas como um poder mediador exercido pelo Estado nacional nas relações entre segmentos da sociedade brasileira e os povos indígenas, situados, sobretudo em *áreas de fronteira* (econômica e social), mas como uma forma de *dominação* sobre esses povos, através de políticas e ações administrativas. De acordo com a visão weberiana, "para a vida cotidiana dominação é primariamente administração" (WEBER, 1983: 175).

Nesse sentido, as ações e omissões do Estado em relação às demandas dos Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela, tanto na mediação das relações intersocietárias, como na garantia dos direitos constitucionais (territoriais, assistenciais e políticos) a esses grupos inserem-se no quadro do exercício do *poder tutelar*, através de um instrumental específico, a *política indigenista*, fragmentada nas últimas décadas entre órgãos e ministérios, nas áreas da educação, saúde, gestão territorial, projetos produtivos, e outros (OLIVEIRA, 1998).

Verifica-se, assim, a fragilização e a desarticulação das políticas, ações e agências voltadas à demarcação, proteção e gestão territorial das Terras Indígenas Kanela e Porquinhos, dificultando ou inviabilizando o exercício da soberania relativa desses grupos sobre os territórios demarcados e, contrariamente, abrindo perspectivas aos segmentos de *fronteira* que promovem a invasão especulativa e permanente dos territórios indígenas, como madeireiros, caçadores, pequenos agricultores e mais recentemente, agentes do agro-negócio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERT, Bruce. Na Amazônia Brasileira: Entre a Nova Constituição e o “Mercado de Projetos”. Instituto Socioambiental: **Povos Indígenas no Brasil, 2000**. Disponível em: <http://www.socioambiental.org.br/ISA.htm>. Acesso em 06/10/13.
- BARTH, Frederik. Os Grupos Étnicos e suas Fronteiras. In: LASK, Tom (Org). **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.
- BROWN, Michael. Beyond Resistance: a Comparative Study of Utopian Renewal in Amazônia. In: **Ethnohistory**, v. 38:4, p. 389-413, 1991.
- CEDI. **Aconteceu. Povos Indígenas no Brasil – 1985/86**. São Paulo, 1986.
- _____. **Aconteceu. Povos Indígenas no Brasil - 1987/88/89/90**. São Paulo, 1991.
- CARNEIRO DA CUNHA, M. **Antropologia do Brasil. Mito, História, Etnicidade**. São Paulo, Brasiliense-EDUSP, 1986.
- CROCKER, William. O Movimento Messiânico Canela. Uma introdução (1967). In: SHADEN, Egon. **Leituras de Etnologia Indígena**. São Paulo, C.E.N., 1976.
- CVRD-FUNAI. **Projeto Ferro-Carajás: Apoio às Comunidades Indígenas**. Rio de Janeiro – Brasília, 1982.
- LIMA, Antonio C. de S. (Org). **Gestar e Gerir: Estudos para uma Antropologia da Administração Pública no Brasil**. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 2002.
- NIMUENDAJU, Curt. **The Eastern Timbira**. University of California Press, Berkeley and Los Angeles, 1946.
- OLIVEIRA, Adalberto L. R. de. **Ramkokamekra-Canela: Dominação e Resistência de um Povo Timbira no Centroeste Maranhense**. EDUFMA, São Luís, 2018.
- _____. **Messianismo Canela: entre o Indigenismo de Estado e as Estratégias do Desenvolvimento**. São Luís, EDUFMA, 2011.
- _____. **Projetos de Desenvolvimento, Mudanças Socioambientais e Povos Indígenas no Centro-sul do Maranhão**. 27ª. Reunião Brasileira de Antropologia. ABA-UFPA. Belém, 2010.
- _____. Projeto Carajás, Práticas Indigenistas e Povos Indígenas no Maranhão. In: **Revista Antropológicas**. Recife, vol. 15, no. 2, UFPE-CFCH, p. 135-169, 2005.
- OLIVEIRA, João P. de (Org) **Indigenismo e Territorialização: Poderes, Rotinas e Saberes Coloniais no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro, Contra Capa, 1998
- SACHS, Wolfgang (Org). **Dicionário do Desenvolvimento**. Petrópolis, Vozes, 2000.
- SCHRÖDER, Peter. **Economia Indígena**. Situação Atual e Problemas Relacionados a Projetos Indígenas de Comercialização na Amazônia Legal. Recife, Ed. UFPE, 2003.
- VELHO Otávio. **Frentes de Expansão e Estrutura Agrária**. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Vol. 1. Brasília, Editora da UnB, 1983.

Quadro 01: PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO (1984-1994)

PERIODO	PROJETO	FINANCIA-MENTO	IMPLEMENTAÇÃO	ATIVIDADES
1984-86	PROJETO NORDESTE	BIRD	SUDENE-FUNAI	Regularização fundiária, Demarcação; Infra-estrutura; Saúde; Educação
1984-86	PROJETO FERRO CARAJÁS: Apoio às Comunidades Indígenas	BIRD / OUTROS	CVRD-FUNAI	Infra-Estrutura: Posto Indígena, Escola, Enfermária, Garagem, Veículo, Casa de Farinha, Educação, Saúde, Roças Comunitárias, Criação
1989-1994	PROJETO “Ajuda Humanitária”	CEE / Embaixada Alemã	Pesquisadores Alemães	Criação de Gado; Educação; Saúde; Criação de Peixes; Pomar de Quintal;
1992-1993	Projeto Comunitário Canela	BIRD / BID / Governo do Maranhão	Secretaria de Desenvolvimento Social do MA	Plantio de 05 há de Cana-de-açúcar; recuperação de engenho; junta de bois
1993-1999	Projeto de Apoio aos Canela	Particular	Pesquisador W.C.	Apoio Educacional; Roças Comunitárias

Quadro 2: PROJETOS DE ETNODESENVOLVIMENTO / ASSOCIAÇÕES INDÍGENAS (2002-2012)

PERIODO	PROJETO	FINANCIAMENTO	IMPLEMENTAÇÃO	ATIVIDADES
2008-09	MENTUAYÊ	MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA - MME / CONABA	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA APANJEKRA	Plantio de Frutas/ despoldadeira; casa de farinha; criação de galinhas
2006 (36 meses)	PÔKRÁ-TI	INTER AMERICA FOUNDATION – IAF	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INDÍGENA WÔÔKRÔ	Produção Agrícola: campos mecanizados c/ 30 há em 15 setores de roça; produção agrícola familiar nos setores de roça p/ venda excedente; Educação: criação de escola com cursos de 5ª a 8ª series, c/ reforço da língua nativa; Comercialização: Produção Excedente
2002-2003	PROTEGER	PDPI-FUNAI / MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE	ASSOCIAÇÃO WÔOKRÔ / ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CANELA	Produção de Mudanças de Espécies nativas e plantio nas áreas limítrofes da T.I. Kanela
2002-2003	LUZ PARA TODOS	GOVERNO FEDERAL / MME	ASSOCIAÇÃO WÔÔKRÔ +3 ASSOCIAÇÕES CANELA	Eletrificação da Aldeia Velha e Aldeia Escalvado: caminhos, pátio, ruas e casas
2002	AQUISIÇÃO DE TRATOR E IMPLEMENTOS	GOVERNO DO MARANHÃO / PCPR	ASSOCIAÇÃO WÔOKRÔ	Aquisição de Trator com arado e carreta
2002-2003 (12 meses)	APANJEKRA	PDPI-FUNAI	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA APANJEKRÁ	Roça de Sementes; Sítios de fundo de quintal; Infra-estrutura p/ criação de emas; Educação Ambiental

Tabela 1: Demografia Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela: 1999-2014

Ano / Quantitativo	Apaniekrá (T.I. Porquinhos)	Ramkokamekra (T.I. Kanela)
1999	488	1426
2000	505	1480
2001	519	1532
2002	535	1611
2003	553	1680
2004	572	1733
2005	592	1801
2006	614	1861
2007	634	1909
2008	645	1963
2009	665	2012
2010	674	2015
2011	698	2127
2012	672	1975
2013	683	2004
2014	718	2141

Fonte: SESAI-MA, 2014